



Forestis

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL



FORESTIS

**promove primeiros cursos
de fogos controlados Certificados**

**Conclusões do Seminário Baldios Gestão
e Competências**

SILVICULTURA DO PINHEIRO BRAVO

19 a 22 de Novembro e de 26 a 29 de Novembro: Local: S. Martinho do Bispo • COIMBRA

OBJECTIVOS

Esta acção de formação tem como objectivos a actualização e a aquisição de conhecimentos e competências sobre a silvicultura do pinheiro bravo, que é a principal espécie florestal no País.

Pretende-se que os formandos que frequentem esta acção, fiquem com capacidades técnicas para instalar e conduzir povoamentos de pinheiro utilizando os modelos de gestão mais adequados.

DESTINATÁRIOS

O curso está previsto para o máximo de 16 participantes, técnicos licenciados ou bachareis de engenharia florestal em actividade

PROGRAMA

MÓDULO I	Enquadramento ao Curso
MÓDULO II	Ponto da Situação da Mancha de Pinhal Nacional 1.1. Pinheiro Bravo sob Influência do Atlântico / Pinheiro Bravo sob Influência Mediterrânica
MÓDULO III	Silvicultura de Instalação e da condução do Pinheiro Bravo
MÓDULO IV	Visita de estudo a um Parque de sementes – Projecto Centro Pinus
MÓDULO V	Beneficiações de Povoamentos
MÓDULO VI	Modelos de Produção
MÓDULO VII	Eficácia financeira dos Investimentos nas diferentes intervenções

FORMADORES

Eng.ª Zulmira Campelo (FORESTIS)

Eng.º Fernando Mota (IFADAP)

Eng.º Miguel Pinto (Centro Pinus)

Eng.ª Margarida Tomé (ISA)

Prof. Fernando Páscoa (Escola Superior Agrária de Coimbra)

VISITE O NOSSO SITE – www.forestis.pt



SUMÁRIO



Editorial	3
Vida da <i>Forestis</i>	4
Organizações Florestais sub-regionais	7

FICHA TÉCNICA

BOLETIM TRIMESTRAL DA *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL Nº 26 • Ano 6 • NOVEMBRO 2002

EDITADO POR: *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL

R. DO CAMPO ALEGRE, 823 (IBMC), 4150-180 PORTO – TEL.: 22 6006129 • FAX: 22 6090156 •

EMAIL: forestis@mail.telepac.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA: RAINHO & NEVES, LDA. – SANTA MARIA DA FEIRA

COORDENAÇÃO TÉCNICA: ROSÁRIO ALVES

CAPA: ROSÁRIO ALVES

NESTE NÚMERO COLABORARAM: ALBANO ALVARES, ADELINA MOREIRA, ANTONIO J. PEREIRA BORGES, JORGE CUNHA, PAULO SILVA JORGE CARVALHO, SUSANA SARAIVA, RICARDO SALDANHA, PATRÍCIA ENES, ROSÁRIO ALVES

EDITORIAL

MATAS COMUNITÁRIAS – A MUDANÇA NECESSÁRIA

De há muito que o sector florestal vem ocupando no conjunto da economia nacional uma posição de relevância, enquanto fonte de rendimento e de emprego de mão de obra, dando também um contributo importante para o desejável equilíbrio das trocas comerciais do País com o exterior.

Apesar dessa importância, reconhecida por toda a gente, não tem vindo o sector a ter uma atenção compatível com aquela dimensão, acontecendo até com as alterações que foram introduzidas nos últimos anos na estrutura das instituições governamentais responsáveis pelo sector uma completa ausência de medidas de política florestal que não podiam deixar de se reflectir na crise que o sector atravessa, com graves danos para a economia nacional.

Este desintervencionismo apresentou uma dimensão de maior gravidade no âmbito do património comunitário florestal gerido pelos órgãos representativos dos compartimentos que, por se encontrarem mais dependentes do apoio técnico e financeiro do Estado, através do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ficaram numa situação de completo abandono, mercê do desmantelamento progressivo da autoridade florestal do Estado.

É certo que toda a caminhada que se foi fazendo desde há longos anos em matéria de política florestal, designadamente relativamente aos baldios, teve como preocupação principal fazer participar os compartimentos, através dos seus órgãos representativos, na gestão de um património de que detêm a respectiva posse e uso, como forma mais adequada de modernizar a sua administração, e desse modo, contribuir para a dinamização dum sector que, no conjunto das matas florestais existentes no País, atinge valores bastante significativos, e que se encontra plasmada na Lei 68/93, de 4 de Setembro e na legislação posteriormente aprovada nesse domínio.

Todavia, o modelo de gestão partilhada entre o Estado e os órgãos representativos dos compartimentos, sob a forma de associação com estes, que foi implementado na sequência da devolução dos baldios aos seus legítimos possuidores e na criação de formas institucionais de representação destes, não tem surtido os efeitos benéficos que à partida

se pressupunham, por falta do devido acompanhamento por parte dos organismos governamentais, das sucessivas alterações na estruturação dos departamentos do Ministério responsáveis pelo sector, e na carência de recursos humanos e financeiros por parte dos compartimentos que lhes permita garantir uma gestão eficaz daqueles baldios.

Os incêndios devastadores que no último Verão e nos anos anteriores têm vindo a atingir a floresta, sacrificando, de forma muito significativa, as áreas baldias, devem levar os responsáveis a pensar que os modelos adoptados até agora não se tem revelado os mais apropriados para defender os povoados florestais, que na maior parte dos casos não chegam a atingir a idade da sua explorabilidade económica, e, mais do que isso, potenciar os seus elevados recursos, evitando que cada vez mais se vá deparando com montes escavados, sujeitos à erosão, nos lugares onde anteriormente se viam matas verdejantes e abundantes, com todos os inconvenientes que daí resultam, quer de ordem económica, quer pela perturbação que causam nas comunidades rurais envolventes, quer ainda pelo impacte ecológico negativo nos respectivos ecossistemas florestais.

Têm vindo, por isso, todas as entidades que directa ou indirectamente têm tido alguma intervenção nas áreas baldias a tomar consciência da necessidade de criar um modelo de administração destas áreas, sem todavia ser posto em causa os princípios legalmente consagrados quanto à sua posse, uso e gestão, que pertencem aos respectivos compartimentos, mediante a contratualização com estes das condições em que a referida gestão se irá traduzir, estimulando um maior envolvimento dos sectores privado e comunitário, com o devido acautelamento da prevalência do interesse público.

Pelas razões que ficaram expressas, entendo que é inevitável introduzir uma gestão partilhada onde as Associações e Cooperativas, juntamente com os organismos já citados, estabeleçam novas regras de co-gestão de responsabilidade, para um aproveitamento eficaz deste património tão importante.

VIDA DA *Forestis*

Seminário «BALDIOS: GESTÃO E COMPETÊNCIAS

No dia 14 de Setembro de 2002, em Murça, no âmbito da Feira das Florestas e Ambiente, a Forestis realizou perante uma enorme assembleia proveniente dos mais diversos sectores da fileira florestal com particular relevância para os órgãos gestores dos Baldios, utentes dos Baldios, Autarquias e Organizações florestais o Seminário Baldios, Gestão e competências que se revelou um sucesso, não só em termos de participação mas também dos conteúdos apresentados e do debate alargado que se gerou especialmente na Mesa redonda onde se discutiu a Política de Gestão dos Baldios.



O primeiro painel do programa debateu o tema “Baldios: a gestão dos seus espaços” que contou com as Intervenções do Prof. Doutor Oliveira Baptista (ISA), Eng^a Rosário Alves (Forestis) que apresentaram resultados intermédios de estudos que estão a desenvolver com base em entrevistas aos Órgãos Gestores de Baldios que, embora de dimensões diferentes, são coincidentes nas conclusões. Este tema foi moderado, pelo Eng. Moreira da Silva, contando com a intervenção da Dr^a Elisabete (Assoc. Nac. de Juntas de Freguesia) e os comentários do Prof. Dr. João Bento da UTAD, também coordenador no estudo que a Forestis abordou.



O programa completou-se com uma Mesa redonda em que intervieram a **Forestis**-Associação Florestal de Portugal, **Fenafloresta**-Federação de Cooperativas Florestais (**CONFAGRI**), **Baladi**-Federação dos Secretariados de Baldios (CNA), **FATA**-Federação dos Agricultores de Trás-os-Montes (**CAP**) e **DGF**. Moderada pela Prof. Dr^a. Nicole Devy-Vareta, sobre o tema “Política de Gestão dos Baldios: Instrumentos e Competências”.



Refira-se, o carácter inédito deste debate, pois, pela primeira vez estiveram sentados à mesma mesa organizações representantes de todas as sensibilidades relativamente a este tema. A Forestis não pode deixar de sublinhar o empenho de

todos os presentes e congratular-se pela forma como atingiu os seus objectivos que passam por consertar bases comuns de entendimento e acção que se repercutam em políticas de gestão mais eficientes para os donos dos Baldios – os compartes.



Conclusões

Em seguida apresentamos algumas das mais significativas **conclusões deste Seminário**:

- Os diversos agentes consideram que o modelo actual de gestão dos Baldios, em que o Estado é preponderante, está esgotado. As alterações resultantes das profundas mudanças na Sociedade Portuguesa com particular incidência nas regiões mais interiores em que a estrutura física e populacional pouco tem haver com aquela que existia num passado recente, fazem com que hoje haja uma maior capacidade da sociedade civil em definir os seus objectivos, planear e organizar-se de forma a atingir mais rapidamente as suas metas do que uma Administração Pública, lenta, burocrática e, por isso, carente de reformas.
- Assim, é necessário redefinir o papel do Estado como Gestor, e orientar a sua intervenção numa perspectiva de agente regulador. Salvaguarde-se, no entanto, que no próprio interesse do aproveitamento destes espaços, e das comunidades suas detentoras, não podemos permitir-nos perder o Saber florestal e silvícola acumulados pelos Serviços Florestais no último século que deve continuar a repercutir-se nas acções a desenvolver nos Baldios.
- É inquestionável que os donos dos Baldios, são as comunidades locais, os compartes, mas é entendido por todos que os seus representantes necessitam de apoio ao nível das competências técnicas e de gestão.
- Embora, assumidamente, os Baldios tenham mais valências para além da florestal é necessário implementar a obrigatoriedade da aplicação de parte dos proveitos da floresta na manutenção e sustentabilidade da própria floresta. Frequentemente assiste-se à descapitalização da floresta que resulta a prazo na menor rentabilidade das explorações em consequência de baixas de produção dos povoamentos florestais. Estamos nestes casos perante uma situação insustentável pelo que é inadiável a alteração das práticas e comportamentos.
- Direcção Geral das Florestas e Organizações são unânimes em relação à necessidade de se aprofundarem modelos institucionais de parceria entre órgãos gestores dos Baldios, Administração Pública e Organizações representativas dos Baldios.
- A transferência de algumas funções do Estado para órgãos gestores, representativos dos compartes, tem de ser feita e estes estão conscientes de que é necessário aumentarem as suas competências pelo que já iniciaram um processo de discussão através das suas organizações representativas.
- As competências colocam-se tanto ao nível técnico, jurídico como ao nível da gestão dos recursos/disponibilidades financeiras. E está claro, hoje, que se exige profissionalização na gestão técnica e económico-financeira que pode ser adquirida em muitas situações fora do Órgão de Gestão directa do baldio que por inerência é composto por compartes que podem ou não ter o *saber* que lhes permita dominar áreas como a silvicultura, economia, contabilidade etc.
- Aliás, toda a organização financeira dos Baldios deveria ser objecto de análise profunda com óbvios benefícios para os seus responsáveis. Pois, colocam-se algumas dúvidas, por exemplo, face ao enquadramento fiscal da pessoa Baldio e têm-se gerado alguns obstáculos em resultado das determinações ao abrigo dos programas de apoio do IIIº QCA respeitantes à não elegibilidade do Imposto sobre Valor Acrescentado.

FORESTIS ARRANCA COM CERTIFICAÇÃO EM FOGOS CONTROLADOS, EM PORTUGAL

A Forestis, no seguimento da divulgação e vulgarização da prática dos fogos florestais, através do seu departamento de Formação profissional, em que o papel do Eng^o Moreira da Silva, pioneiro em Portugal desta prática, tem sido fundamental, está a levar à prática, nos meses de Outubro e Novembro, dois cursos de **Fogos Controlados** para técnicos, pela primeira vez **Certificados**.

Esta acção de formação tem como objectivos que os técnicos fiquem credenciados na utilização de fogos controlados, ou seja, fiquem habilitados ao uso do fogo controlado, no desempenho das suas funções. Pretende-se que os técnicos no final da acção elaborem planos de queima e prescrição de fogos controlados na sua área de actividade; solicitem autorização para as queimas às entidades competentes, cumprindo a legislação em vigor; treinem os elementos das equipas de sapadores pela prática de operações de queima; realizem as queimas dentro dos parâmetros de prescrição e cumprindo as regras de segurança; colham as informações necessárias à avaliação posterior da queima; enviem às Direcções Regionais de Agricultura um exemplar de todos os planos de queima, execução e avaliação dos fogos controlados.

Agradecemos a todas as entidades que se empenharam neste desafio UTAD, DGF e Direcções Regionais de Agricultura envolvidas e à equipa de formadores; Fernandes (UTAD); Eng.^o Carlos Loureiro (UTAD); Eng.^o António Salgueiro; Eng.^o Paulo Mateus (DRAEDM); Eng.^o Sérgio Correia (DRABL) liderada pelo Prof. Hermínio Botelho (UTAD)

É com grande orgulho que a Forestis nesta área de trabalho e que esperamos venha a ser difundida de um modo generalizado por outras organizações, a porta está já aberta.

tribuído para a demora da elaboração destes projectos é a cartografia digital, onde têm surgido dúvidas de vária ordem.

No sentido de esclarecer estas dúvidas, a *Forestis* promoveu nas suas instalações do Porto no passado dia 17 de Julho, uma Acção de Formação sobre Cartografia Digital.

Nesta acção estiveram presentes vários técnicos do movimento *Forestis*, e como formadora e representante do IFADAP, pudemos contar a presença da Eng. Helena Ramos, agradecendo desde já a disponibilidade do IFADAP.

Durante a parte da manhã foi apresentada e explicada a Circular n.º 13/2000 – Normas de Cartografia Digital do IFADAP, tendo a parte da tarde sido aproveitada para o esclarecimento de dúvidas e para a execução de uma cartografia digital a título de exemplo.

Feito o balanço desta acção, parece-nos que foi grande a utilidade, tendo em conta que os participantes tiveram a oportunidade de verem esclarecidas todas as dúvidas existentes em redor da cartografia digital, e como tal, de ultrapassar as dificuldades que até aqui se faziam sentir. Mais uma vez a *Forestis* assume o seu papel de interlocutor aproximando organizações de nível central e local, com o objectivo claro de tornar os processos mais fáceis e eficientes, não perdendo de vista que os maiores beneficiários serão os proprietários florestais.

Protocolo *Forestis* – ESRI Portugal

No dia 2 de Outubro, a *Forestis* e a ESRI Portugal celebraram um protocolo de cooperação.

Segundo este protocolo, os associados da *Forestis* – Associação Florestal de Portugal que tenham as quotas em dia e que adquiram o software através desta usufruirão dos seguintes descontos: durante o primeiro ano (de 2 de Outubro de 2002 a 1 de Outubro de 2003) 10% sobre o preço praticado, pela ESRI Portugal, para projectos de desenvolvimento florestal, a partir do primeiro ano 5%. Todos os associados terão de entregar documento comprovativo da filiação na *Forestis*.

Formação em Cartografia Digital

Na elaboração de projectos florestais ao abrigo do Programa Agro todos nós encontramos uma série de obstáculos. Um dos que mais tem con-

VIDA DAS ORGANIZAÇÕES

ARBOREA

A Esperança Renasce em Trás-os-Montes

Forestis

No passado mês de Setembro, a ARBOREA e a FORESTIS promoveram em Agrochão, freguesia do Concelho de Vinhais, o curso de Formação: **O Souto, O Castanho e a Castanha.**

A Freguesia de Agrochão é uma das freguesias do concelho de Vinhais onde as Doenças do Castanheiro têm dizimado, todos os anos, os soutos que ainda teimam resistir a tal adversidade. As boas condições de desenvolvimento dos fungos associada às más práticas culturais praticadas pelos proprietários contribuíram para o rápido desenvolvimento das doenças e para a sua expansão. Tendo sido difícil, e às vezes impossível, parar esta fatalidade.



Agrochão, com uma área aproximada de 1.750 ha, tinha em 1990 cerca de 500 ha de castanheiros para a produção de castanha, hoje estima-se que apenas 30% dessa área esteja ainda produtiva, apesar das elevadas taxas de arborização com castanheiro na Freguesia.

Com este cenário assustador, organizou-se a acção de formação com o objectivo de demonstrar e divulgar as correctas práticas culturais que se devem exercer nos castanheiros e dotar os formandos da capacidade de diagnosticar as diferentes doenças e intervir atempadamente e correctamente nos seus soutos.

No decorrer do Curso foram realizadas várias visitas onde se destaca o encontro em Amarante com o Eng.º Carlos Silva no Centro Nacional de Sementes Florestais (CENASEF), da Direcção Geral das Florestas, onde foi oferecido um castanheiro resistente à Doença da Tinta ao Presidente da Junta de Freguesia de Agrochão, Benjamim Afonso. Este foi cuidadosamente transplantado em Agrochão e espera-se, com emoção, que os castanheiros produzidos pelo CENASEF sejam a tão esperada resposta a angústia dos proprietários Nordestinos.



Nesta acção de formação passaram por Agrochão os formadores: António Borges (ARBOREA), Andreia Rodrigues (FORESTIS), Afonso Martins (UTAD), Carlos Ramos (Viveiros Ribadouro), Ester Portela (UTAD), Marta Carvalheira (ESAB), Maria do Loreto (ESAB), Miguel Borboun (Ass. Tradição e Qualidade), Olga Borges (DRATM), Carlos Silva (CENASEF) e Guilhermina Marques (UTAD). Teve o apoio indispensável da Junta de Freguesia de Agrochão, Câmara Municipal de Vinhais e Parque Natural de Montesinho.

António J. Pereira Borges
ARBOREA

AGRIARBOL

I JORNADAS DA TERRA QUENTE – que futuro para a Floresta da Terra Quente

CONCLUSÕES

Foi com o propósito de clarificar, de alguma forma, aspectos relevantes para o futuro da floresta da Terra Quente, que a AGRIARBOL realizou, no passado dia 28 de Junho, as I Jornadas Florestais da Terra Quente, intituladas **“Que Futuro para a Floresta da Terra Quente?”**. Estas tiveram lugar no auditório da Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros, integradas no programa da Feira de S. Pedro.



Caracterização da Floresta da Terra Quente. Potencialidades e constrangimentos

Devido aos rigores do estio e à interioridade desta região, vamos encontrar sobretudo bosques dominados por espécies mediterrâneas e ibero-mediterrâneas, tais como o sobreiro, a azinheira e o zimbro-oxicedro. Sobre este tema podemos concluir que:

- são espécies naturais da região que importa proteger, fomentar, bem como associar práticas culturais próximas da natureza, que garantam um maior equilíbrio ecológico da floresta, pela aplicação de uma silvicultura mais proteccionista;
- a actividade florestal nesta região terá que privilegiar o uso múltiplo da floresta;
- torna-se necessário rentabilizar os produtos florestais, aliados a aspectos ecológico-ambientais e sociais;
- não se deve reduzir à produção lenhosa, nem estabelecer planos de arborização sem ter em conta a protecção do solo e dos recursos hídricos entre outros.

Técnicas de condução de povoamentos mais significativos da Terra Quente – Castanheiro e Sobreiro

Uma vez sujeitos a períodos de seca, mais ou menos prolongados, torna-se primordial uma correcta gestão da água na condução dos povoamentos:

- o ideal será sempre nos primeiros cinco anos, fazer uma limpeza total entre linha (caso seja possível) com o roça-matos, para evitar danificação do sistema radicular;
- Limpeza das herbáceas à volta das plantas, para que estas possam obter água e ainda evitar o aparecimento de insectos e roedores.

Outro aspecto importante é a falta de Boro nos solos da Terra Quente, nutriente essencial ao crescimento radicular das plantas jovens, contribuindo para uma maior resistência à secura e ao aparecimento de pragas e doenças.

Para concluir, uma questão chave:

O que os produtores pretendem do povoamento no futuro? Aspectos importantes a ter em conta, tais como a recuperação do coberto vegetal, a conservação do solo, a melhoria dos espaços protegidos e da paisagem.

Que ajudas para a Floresta da Terra Quente?

A floresta possui actualmente meios financeiros do III Quadro Comunitário de Apoio, a saber: AGRO, AGRIS e RURIS, cada um com objectivos bem definidos. Não existe portanto, qualquer ajuda extra para a região da Terra Quente, que devido às características climáticas se encontra bastante limitada, comparativamente a outras regiões do país.

É de salientar a importância da reabilitação de terras agrícolas degradadas, pela aplicação do plano de desenvolvimento rural – RURIS, Florestação de Terras Agrícolas, o qual introduz benefícios socio-económicos no meio rural.

O papel do associativismo para o desenvolvimento da Floresta da Terra Quente

O Associativismo tem tido um papel preponderante nesta região, ao promover a agregação dos pequenos produtores a conseguir alguma viabilidade económica, perenidade e vitalidade. Destaca-se o papel do associativismo:

- na gestão florestal;
- na criação de condições ao investimento;
- no apoio técnico, económico e jurídico, e de todos os serviços que valorizam a propriedade florestal.

Estamos seguros que estas Jornadas, tal como era o nosso principal objectivo, proporcionaram uma reflexão entre os participantes sobre o futuro da floresta da Terra Quente. Estas Jornadas reflectem a importância e a necessidade de salvaguardar as capacidades competitivas do sector florestal.

Paulo Silva
AGRIARBOL



As Jornadas do ponto de vista de um Produtor Florestal

Quem assistiu a estas jornadas, quem tomou notas e reflectiu sobre os temas abordados e desenvolvidos, percebeu o grande interesse deste tipo de encontros.

De realçar e nunca esquecer que a informação, toda a informação útil que possa ser passada aos pequenos e médios proprietários e agricultores, é um dos meios mais importantes, para ultrapassar os receios que situações novas, novas propostas e novos desafios, ainda não devidamente entendidos, sempre provocam. Atrevo-me a afirmar que, talvez este seja, entre outros, o mais difícil constrangimento a ter em conta: pouco avançaremos enquanto não nos chegarem informações claras, bem dirigidas e orientadas para a natureza e a dimensão dos nossos problemas. Todo o tempo que se perca deixa de ser utilizável, muito embora acreditemos que, no seu conjunto, as políticas, programas e decisões tomadas para desenvolver uma floresta sustentada, seguiram o seu caminho e terão êxito, se houver empenho e competência de todos

os intervenientes envolvidos. Não podemos perder mais tempo e temos de ganhar velocidade, agora e já. Aqui fica um apelo para todos os que podem acelerar procedimentos, nomeadamente os técnicos dos serviços administrativos, que têm uma intervenção decisiva e de grande responsabilidade neste sector. A participação nestas Jornadas do Eng.º João Paulo Fidalgo e do Eng.º Eduardo Alves ajudou a dissipar dúvidas quanto aos assuntos de caracterização e técnicos.

E então os pequenos e médios interessados? Vão aderindo, vão avançando, lentamente, mas só e na medida em que vão entendendo e arrumando dúvidas e interrogações: é o caso, nomeadamente, de começar a fazer-se a distinção entre gastos não recuperáveis (um real e compreensível fantasma para as pessoas) e o investimento produtivo, sendo indispensável ter em conta componentes que muitas vezes não foram, e algumas até nunca foram equacionadas para demonstrar o lucro possível neste tipo de exploração. A inter-

venção do Eng.^o Oscar Esteves do IFADAP veio a propósito quanto a florestação de terras agrícolas.

E então para todos os restantes constrangimentos, sejam de ordem administrativa, burocrática, de aconselhamento, de candidaturas, etc., etc.? Pois realmente é nesta larga e importantíssima área que o associativismo, sejam associações, sejam as cooperativas, surge como parceiro indispensável e privilegiado de ligação entre os produtores e a desejada exequibilidade de todas as políticas e legislação dirigidas para o sector da floresta sustentada. Neste sentido foram as intervenções do Eng.^o Dinis Martins e do Eng.^o Albano Alvares. E neste momento, à data destas Jornadas, já sabemos que há associações com provas dadas no terreno e reconhecidas pelos seus associados. Era esta, também, uma outra forma de constrangimento que começa a ser auspiciosamente ultrapassada, sempre com grande esforço e dedicação das associações ou outras forma de associativismo que, assim, já se credibilizaram.

E para terminar, um agradecimento a todos os participantes pela contribuição para uma floresta sustentada e para o desenvolvimento sustentado do meio rural, com respeito pela natureza e pelas pessoas.

Nós gostamos muito, mesmo muito, da nossa Terra Quente. Partimos, mas voltamos sempre, por muito longas que sejam as ausências. E é assim que as coisas acontecem.

Jorge Carvalho
Sócio da AGRIARBOL

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO LIMA

Mais “próxima” dos associados

A Associação Florestal do Lima, nos seus oito anos de existência, tem desenvolvido as suas actividades e conjugado esforços na sensibilização dos proprietários para o associativismo florestal, na sensibilização da população para a importância da floresta e no apoio aos seus associados.

Para um maior contacto com proprietários florestais e maior apoio aos associados a AFL, no âmbito da Medida AGRIS – Acção 3.1, constituiu um núcleo no concelho de Viana do Castelo, em actividade desde Fevereiro de 2002, com sede na Junta de Freguesia de Carreço.

Recentemente viu aprovada mais uma candidatura para a criação de um núcleo em Ponte da Barca. Dado a sua proximidade ao concelho de Arcos de Valdevez, os associados deste concelho poderão também beneficiar de um maior e melhor apoio. Esta melhoria é proporcionada pelo aumento dos recursos humanos, maior proximidade e de material específico de apoio directo ao sócio.

Deste modo, a AFL pretende dinamizar a floresta na Região do Vale do Lima.

Adelina Moreira e Susana Saraiva
AFL

PUB.

DIRECÇÃO-GERAL DAS FLORESTAS



**A Autoridade
Florestal
Nacional**



DGE
Direcção-Geral
das Florestas

Av. João Crisóstomo, n.º 28
1069-040 Lisboa
Tel. 21 312 48 00 - Fax 21 312 49 96
Home Page: <http://www.dgf.min-agricultura.pt>
Email: info@dgf.min-agricultura.pt

Associação Florestal do Vale do Douro Norte

2ª Feira das Florestas e Ambiente

Decorreu em Setembro, nos dias 13, 14 e 15, a **2ª Feira das Florestas e Ambiente**, em Murça, no Parque Florestal de Mascanho/Carvas. A organização deste certame é da responsabilidade desta Associação, tendo como parceiros a Câmara Municipal de Murça, a Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Forestis.

Participaram no evento 40 Expositores e 7.096 profissionais ligados ao sector florestal. A participação e visita de Associações e Organizações Florestais de todo o País, foi considerada positiva, tendo-se registado a presença de 44 entidades, assim como a visita de cidadãos anónimos, 3.134 vindos de todo o território nacional e ilhas. O número de visitantes diminuiu em relação à 1ª Feira das Florestas,

devido à realização de animação à noite, na Vila de Murça em vez de ser no recinto da feira.

No decorrer da Feira foram levadas a cabo inúmeras actividades, destacando o colóquio **"Os Desafios da Floresta no Séc. XXI"**, onde foram debatidos temas sobre a Sustentabilidade da Floresta Portuguesa, a Consolidação da Floresta e Ambiente e a Certificação da Gestão Florestal,

e o Seminário **"Baldios, Gestão e Competências"** organizado pela Forestis. Foi possível ver inúmeros e diversos equipamentos florestais, não só expostos como também a sua utilização e funcionamento através das demonstrações efectuadas pelos expositores. Realizou-se um Concurso de Motosserras para

Profissionais e Amadores, com uma participação bastante elevada, demonstrando, assim, as técnicas de segurança e o modo de manuseamento do aparelho.

Desenvolveram-se também actividades ligadas às crianças, nomeadamente concurso de desenho, sobre "A Floresta e o Ambiente", com a par-





ticipação de crianças de diferentes idades, assim, como várias provas de Trial "Todo Terreno".

Temos de considerar o saldo da 2ª Feira das Florestas Ambiente muito positivo, devido à conjuntura económica que Portugal está a atravessar, o que originou que muitos dos expositores fossem reservados na sua participação. Embora muitos deles comunguem do interesse e da importância desta Feira no contexto nacional, com características únicas em toda a sua concepção. Inquiridos os expositores, todos atingiram, na generalidade, os objectivos neste certame, pois realizaram negócios e têm perspectivas para o futuro das suas empresas.

A partir de agora a Feira das Florestas e Ambiente, passará a ser bienal. A próxima Feira será realizada em 2004.

Aguardem notícias.....

A Direcção

Núcleo de Sabrosa

É com todo o gosto que apresentamos o Núcleo de Sabrosa da Aflodounorte, ainda em fase inicial de instalação. O Núcleo entrou em funcionamento no dia 01 de Outubro de 2002, contando com um técnico e um administrativo.

A criação deste Núcleo teve como objectivos principais (segundo o artigo 10º do Regulamento Interno da Aflodounorte):

- Maior eficiência no apoio às necessidades dos sócios da área de trabalho do núcleo;
- Aproximação dos sócios às instalações da Aflodounorte;
- Redução dos custos no apoio técnico aos sócios
- Aumento do número de sócios na área do núcleo.

A Aflodounorte vai estabelecer uma parceria com a Câmara Municipal de Sabrosa, a fim de se atingirem todos os objectivos propostos, nomeadamente a instalação de uma nova Brigada de Sapadores Florestais, já aprovada, no concelho de Sabrosa. Serão realizadas diversas actividades no sector florestal, nomeadamente na área da resina.

A área de acção do núcleo será a área da Associação, mas terá maior incidência nos concelhos de Sabrosa, Vila Real e Alijó.

O Núcleo terá a sua sede na Câmara Municipal de Sabrosa.

A Direcção



Um minuto de silêncio

A queimada é, com certeza, um acto criminoso que, além de árvores, devasta todo um ecossistema. Répteis, aves e pequenos animais, quando não morrem nas chamas, perdem-se na fuga. No entanto, quando o assunto é de natureza ecológica a "má da fita" tem sido a motosserra. Em todo o mundo, a motosserra é uma indispensável ferramenta para o corte selectivo de árvores plantadas e destinadas à

produção de celulose e matéria-prima específica para a produção industrial. Só excepcionalmente cai em mãos erradas. Nas mãos de gente que põe fogo na floresta. A Stihl fabrica as suas motosserras para uso selectivo e não para prejudicar o ambiente.



**Consulte o seu Distribuidor mais próximo...
Haverá sempre alguém da STIHL perto de si.**

Assessoramento e vendas através dos estabelecimentos de venda da STIHL APARELHOS A MOTOR S.A. em Portugal Continental e Insular.

Para mais informações dirija-se a:
STIHL APARELHOS A MOTOR S.A.
Beloura Office Park. • R. do C. Empresarial
Edifício 7 – Piso 0 – Lj. 2
2710-444 Sintra – Portugal
Telf. (351) 219 108 200 • Fax (351) 219 242 218
email:info@stihl.pt

STIHL®

CAPOLIB

Ocorrência nº 5980 – Boticas

Poderíamos estar a escrever, aqui e neste momento, os investimentos e acções que se poderiam ter feito para evitar situações como esta no concelho de Boticas, e nesta mesma área, mas não é assim. Vamos relembrar uma ocorrência que surpreendeu alguns.

No início de cada época de incêndios, é habitual perspectivar-se no concelho de Boticas a ocorrência de uma catástrofe qualquer, mas, este ano aconteceu de facto, e nem queríamos acreditar, quando ardeu uma área que se estende a mais de 2000 hectares de Pinheiro Bravo.

Tendo sido registado pelo C.C.O de Boticas com o n.º de ocorrência 5980, este incêndio teve início pelas 16:06 horas do dia 1 de Agosto. Estiveram envolvidos um total de 58 corpos de bombeiros a que responderam 733 bombeiros, duas equipas de Sapadores Florestais e 196 viaturas no teatro das operações.

Número suficiente para circunscrever esta ocorrência. Naturalmente que o teriam feito se a floresta em causa tivesse sido objecto das práticas técnicas adequadas, a chamada prevenção florestal. Pois, assim não aconteceu, uma vez que a floresta se encontrava no chamado “risco extremo de incêndio”.

Agora, o importante é começar a agir correctamente na gestão florestal destes baldios, porque estas áreas têm uma importância elevada na economia das populações e do concelho.

Ricardo Saldanha

CAPOLIB



PORTUCALEA

VIª Jornada Técnica

"Os sapadores florestais na floresta Periurbana do Porto"

Um dos graves riscos da floresta do Grande Porto é o seu elevado grau de risco de incêndio, associado a uma enorme pressão urbana, desta forma a prevenção é uma das apostas da Portucalea.

As equipas de sapadores florestais foram criadas pelo Dec. Lei n.º 179/99 de 21 de Maio para desempenham as seguintes acções:

Vigilância e apoio a combate de incêndios florestais;

Acções de silvicultura preventiva;

Manutenção e beneficiação de infra-estruturas florestais;

Sensibilização das populações.

A Portucalea tem no momento 2 equipas de sapadores florestais, nos concelhos de Vila Nova de Gaia e Vila do Conde e está a dinamizar uma nova no concelho de Valongo.

Neste contexto, a Portucalea vai organizar uma Jornada sobre a temática dos Sapadores.

Sexta-feira, 15 de Novembro 2002

9.30 Recepção dos Visitantes

10.30 Sessão de Abertura

Direcção Geral das Florestas

Coordenador da Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais

Director Regional de Agricultura de Entre douro e Minho

Presidente da Câmara Municipal de Valongo

Portucalea – Associação Florestal do Grande Porto

11.00 Tema 1

"A equipa de Sapadores Florestais"

Moderador – CNEFF

1ª Intervenção

"As funções das equipas de sapadores florestais e sua formação profissional"

Direcção Geral das Florestas

2ª Intervenção

"Equipas de sapadores florestais versus a floresta do Porto"

DRAEDM

12.30 Tema 2

"A gestão da equipa de sapadores florestais – casos práticos"

Associação Florestal do Vale do Sousa

Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega

Portucalea – Associação Florestal do Grande Porto

Almoço

15.00 Mesa Redonda

"Os sapadores florestais na floresta periurbana do Porto"

Moderador – DGF

Governador Civil do Porto

Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais

Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

Forestis – Associação Florestal de Portugal

Câmara Municipal de Valongo

Aliança Florestal

Portucalea – Associação Florestal do Grande Porto

17.00 Sessão de encerramento

Governador Civil do Porto

Coordenador nacional da CNEFF

Forestis – Associação Florestal de Portugal

Portucalea – Associação Florestal do Grande Porto

ORGANIZAÇÕES FLORESTAIS SUB-REGIONAIS

ORGANIZAÇÕES	SEDE	EQUIPA TÉC.
Associação Florestal do Vale do Sousa	R. do Paço, 41 (Casa do Povo) • 4560-485 Penafiel Tel.: 255 213 420 • Fax: 255 783 601 • Telem.: 96 906 73 61	Eng. Amália Neto e Eng. Ana Barreira
CELFOR – Ass. Prod. Florestais	Av. Bombeiros Voluntários, nº 20 • 6360-344 Celorico da Beira Tel.: 271 747 450/1 • Fax: 271 747 459 • Telem.: 96 250 20 36	Eng. Marisa Martins e Eng. Paulo Mimoso
Associação Florestal do Lima	Urbanização do Sobral, Lote 2 – Fracção V • 4990-144 Ponte de Lima Tel. / Fax: 25 894 41 03 • Telem.: 917 625 099	Eng. Adelina Moreira
Associação Florestal de Basto	Av. Capitão Elísio de Azevedo, Lt. 14, 2º D Cabecelas de Basto 4860 Arco de Baúlhe Tel.: 253 665 309 • Fax: 253 665 766 • Telem.: 96 804 41 63	Eng. Teresa Meireles Eng. David Magalhães Eng. Carla Pinto Eng. Paula Andrade
Associação Florestal do Cávado	Campo das Carvalheiras nº 1 • 4700-419 Braga Tel. / Fax: 253 218 713 • Telem.: 91 976 47 45	Eng. André Rebelo
Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho	Av. Estação – Ed. Chave Ouro – 2º Dto. Trás • 4950-456 Monção Tel. / Fax: 251 654 096 • Telem.: 96 377 95 45	Eng. Margarida Barbosa e Eng. Elisabete Araújo
Associação Florestal de Entre-Douro e Tâmega	Av. Futebol Clube do Porto nº 875 • 4630-203 Marco de Canavezes Tel. / Fax: 255 523 556 • Telem.: 96 235 42 85	Eng. António Neto e Eng. Ricardo Marinho
Associação Florestal do Vale do Douro Norte	Praça 5 de Outubro – Apartado 38 • 5090-112 Murça Tel.: 259 511 712/259 518 430 • Fax: 259 518 431 • Telem.: 96 877 05 02	Eng. João Teixeira Eng. Elvira Azevedo Eng. Vanda Durão e Eng. Paula Silva
PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto	Rua 5 de Outubro, nº 68 (Ed. Bombeiros) • 4420-086 Gondomar Tel. / Fax: 22 463 18 66 • Telem.: 96 249 75 63	Eng. Teresa Neves e Eng. Helena Barbosa
ARBOREA – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana	Ed. Casa do Povo – Largo do Toural • 5320-311 Vinhais Tel. / Fax: 273 770 070 • Telem.: 96 240 40 07	Eng. António Borges e Eng. Paulo Machado
Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga	P. Brandão de Vasconcelos, 10 (Antigo edifício escolar) • 4540-110 Arouca Tels.: 256 949 041-256 948 293 • Fax: 256 948 294 • Telem.: 96 267 51 63	Eng. Pedro Quaresma Eng. Ricardo Sousa Eng. Cristina Tavares
Associação dos Silvicultores do Vale do Ave	Quinta do Pinhô • S. Torcato • Apartado 1076 • 4811-908 Guimarães Tel. / Fax: 253 55 37 76	
AGRIARBOL – Associação Produtora Agro-Florestal da Terra Quente	Av. D. Nuno Álvares Pereira, nº 3, 2º • 5340-202 Macedo de Cavaleiros Tel.: 278 421 698 • Fax: 278 421 775 • Telem.: 93 620 06 20	Eng. Paulo Silva
URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela	Ed. Estação Camionagem, r/ch – Estrada de S. Paio • 6290 Gouveia Tel.: 238 498 160 • Fax: 238 498 159 • Telem.: 96 453 34 51	Eng. Rui Xavier
Associação Florestal do Baixo Vouga	Centro Coordenador Transportes, Loja 7 • 3850-022 Albergaria-a-Velha Tel./Fax: 234 524 056 • Telem.: 917 133 536	Eng. Luís Sarabando
ARAVIS – Associação Regional de Agricultores de Viseu	R. do Arco, nº 38 – 2º Esq.º • 3500 Viseu Tel.: 232 422 568 • Fax: 232 431 934	Eng. Fátima Reis
CAPOLIB – Cooperativa Agrícola Boticas – Secção Florestal do Alto Tâmega e Barroso	Av. do Eiró • 5460 Boticas Tel.: 276 415 787 • Fax: 276 415 734 • Telem.: 93 276 41 83	Eng. Ricardo Saldanha
Cooperativa Silvo-Agro Pecuária de Vila Nova de Celra	3300 Vila Nova de Celra Tel.: 235 770 170 • Fax: 235 770 176 • Telem.: 91 733 63 34	Eng. Helena Rodrigues
RIBAFOR – Associação Florestal Terras de Ribã Douro	Bloco da Feira, s/n • 5100 Lamego Tels.: 254 619 440/1 • Fax: 254 619 441 • Telem.: 91 916 18 28	Eng. Catarina Quintela
AFACC – Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves	Rua Alferes João Baptista, Ed. Nova Era, Bl. 5, Lj. 6 • 5400 Chaves Tel. / Fax: 276 326 702 • Fax: 276 327 274 • Telem.: 93 824 31 92	Eng. José Barros
ACRISABUGAL – Associação Criad. Rumin. e Prod. Forstals do Concelho de Sabugal	Largo do Cemitério • 6320 Sabugal Tel.: 271 752 753 • Fax: 271 753 398	
Associação Florestal Concelho de Gols	Rua Comandante Bebiano Baeta Neves, 316 • 3330 Gols Tel.: 235 778 828	Eng. Rui Giestas e Eng. Ricardo Fernandes
APFLOR – Associação de Produtores e Proprietários Florestais de Pedrogão Grande	Largo da Devesa • 3270 Pedrogão Grande Tel.: 236 488 837 • Fax: 236 488 838 • Telem.: 91 662 21 42	Eng. Sónia Lopes e Eng. Margarida Gonçalves
ASFLOBAR – Associação de Produtores Florestais do Barroso	Rua General Humberto Delgado • 5470 Montalegre Tel. / Fax: 276 511 501	Eng. Maria Amélia Machado
AFLOSUL – Associação Florestal do Sudoeste Algarvio	(Prov.) Rua Adelina da Glória Burguer, 9 • 8600-672 Lagos Tel.: 282 760 831 • Fax: 282 457 564	Eng. Sobral Almeida
APFAM – Associação de Produtores Florestais de Alvelos e Murodal	Praça do Município – Apt. 29, • 6164-909 Oleiros Tel.: 272 682 380 • Fax: 272 682 380	Eng. Rodolfo Alves